

AGROECOLOGIA: UMA ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL PARA OS ASSENTAMENTOS RURAIS¹

Nivea Massaretto Verges

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente
nivea_massa@yahoo.com.br

RESUMO

Atualmente, observa-se o aumento das discussões, dentro das dimensões acadêmica, econômica, política e social, em relação à agricultura do país e do mundo. Dentre as discussões está a questão do desenvolvimento rural sustentável, que existe em documentos, porém está ausente na prática. Um exemplo da ausência do desenvolvimento rural sustentável pode ser encontrado nas famílias de produtores assentados que, em meio a muitas pressões, acabam se rendendo ao capital, deixando de produzir e desenvolver em seus lotes. Diante disso, este trabalho buscou analisar as características dos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema, identificando seus potenciais e impasses a fim de apresentar as práticas agroecológicas como alternativa para o desenvolvimento rural sustentável dos assentamentos, destacando alguns esboços para um projeto a fim de proporcionar embasamento para que o processo de integração econômica e social dos assentados seja efetivado de forma autônoma pelos mesmos. Para a realização desse trabalho foi utilizado levantamentos bibliográficos e dados obtidos junto ao IBGE e DATALUTA.

Palavras-chave: Intencionalidade. Parcerias usina-assentado. Produção orgânica. Tecnologia social.

AGROECOLOGY: AN ALTERNATIVE FOR RURAL DEVELOPMENT FOR SUSTAINABLE RURAL SETTLEMENTS

ABSTRACT

Currently, there is an increase in discussions, within the dimensions of academic, economic, political and social, in relation to agriculture in the country and the world. From the discussions is the issue of sustainable rural development, which exists in documents, but is absent in practice. An example of the lack of sustainable rural development can be found in the families of farmers who settled in the midst of many pressures, end up surrendering to the capital, failing to produce and develop on their lots. Therefore, this study sought to analyze the characteristics of rural settlements in the Pontal, identifying the potential bottlenecks and to present the alternative farming practices for sustainable rural settlements, highlighting some sketches for a project to provide foundation so that the process of economic and social integration of the settlers is effected independently by them. To perform this study we used literature surveys and data obtained from the IBGE and DATALUTA.

Keywords: Intentionality. Partnerships plant-settlers. Organic production. Social technology.

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi norteado pela vontade de apontar saídas para os problemas do campo brasileiro. Nossa principal motivação foi pela preocupação em encontrar formas viáveis para o ajuste e enquadramento econômico dos trabalhadores que receberam lotes para realizarem os

Recebido em 30/01/2013
Aprovado para publicação em 05/03/2013

manejos com a terra e, conseqüentemente, promover o desenvolvimento rural sustentável. Desse modo, a introdução de uma perspectiva observada de maneira soberana, com vias de integração e emancipação por parte dos camponeses, deve ser feita com o êxito de um projeto que seja regido pelos intentos da classe. Sendo assim, este trabalho busca compreender os aspectos que deixam em evidência as utilidades das terras destinadas aos assentados, as possíveis atividades a serem desenvolvidas e as que já se desenvolvem, a partir das práticas agroecológicas que tem a sustentabilidade como um de seus pontos centrais no equilíbrio das dimensões: social, econômica e ambiental.

Para chegarmos às nossas propostas de desenvolvimento rural sustentável, iniciaremos nosso trabalho com as discussões referentes à reconceitualização do rural, que envolve o debate da diferenciação rural-urbano. Em seguida apresentamos as características do espaço rural brasileiro, apontando as mudanças recentes que estão ocorrendo.

Posteriormente às discussões do espaço rural brasileiro, realizaremos uma reflexão da noção de sustentabilidade ambiental, os debates iniciais que foram realizados destacando uma teoria muito eficiente, porém, que não acontece na prática. A partir daí, abordaremos as discussões sobre o desenvolvimento territorial rural e as intenções que estão por trás de cada modelo, embasados pelos diferentes paradigmas.

Em seguida, apresentaremos a realidade dos assentamentos da Região do Pontal do Paranapanema, apontando os caminhos que alguns assentados tentaram seguir a fim de melhorarem suas condições de vida, mas que não tiveram sucesso.

E, por último, abordaremos as características da ciência agroecológica, justificando nosso pensamento de que as práticas agroecológicas seriam uma alternativa bastante viável aos assentamentos rurais. Apresentaremos algumas propostas de desenvolvimento rural sustentável com base nas características dos assentamentos e nossa opinião sobre por onde começar.

METODOLOGIA

A reflexão teórica sobre os conceitos de: rural, sustentabilidade e desenvolvimento, caracterização dos assentamentos e das áreas, histórico da expansão da cana-de-açúcar e das parcerias entre usina e assentados e características da agroecologia foram feitas através de levantamento bibliográfico.

Para o trabalho, foram selecionados assentamentos rurais dos municípios de Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio, da região do Pontal do Paranapanema – SP, devido à grande representatividade do número de assentamentos e de famílias assentadas nesses municípios.

Nesse sentido, este artigo se apóia nos aportes elucidados no método materialista histórico-dialética, na medida em que buscamos analisar as contradições postas pelo modo de produção capitalista na sociedade, especialmente, nos espaços rurais, através de uma abordagem histórica e dialética, apresentando as contradições e os conflitos do campo brasileiro.

Os dados sobre a produção dos municípios foram obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2009. Outras informações sobre os assentamentos foram obtidas através do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) – Relatório Pontal 2009.

RECONCEITUALIZAÇÃO DO RURAL: A DIFERENCIAÇÃO ENTRE O RURAL E O URBANO

Pode-se afirmar que a diferenciação entre rural e urbano está relacionada ao modo de compreensão da realidade, da intencionalidade de cada pessoa e, por isso, existem as diferentes visões do espaço rural.

A diferenciação é o processo que cria o espaço rural e isto ocorre quando as cidades começam a ganhar mais importância no processo de transição para o capitalismo. (SIQUEIRA & OSÓRIO, 1999). Entretanto, no início da industrialização, como ainda não havia técnica, as indústrias tinham que ser instaladas não nas cidades, mas nos locais onde forças motrizes de origem animal ou natural estivessem disponíveis, ou seja, no campo. Após o desenvolvimento da máquina a vapor, a força motriz foi domada e a indústria tornou-se espacialmente independente, podendo se instalar nos centros urbanos e é neste ponto que ocorre a separação entre cidade e campo.

De acordo com Ferrão (2000), as discussões acadêmicas sobre o conceito de espaço rural apresentam três teses sobre esse tema:

1. Dicotomia cidade-campo:

Trata-se de uma visão setorial, que pensa através do desenvolvimento das atividades econômicas. Essa dicotomia é encontrada, mais intensamente, nas regiões mais atrasadas, menos dinâmicas, na qual o rural é visto apenas como espaço para atividades agropecuárias, ou seja, prevalece a tetralogia em torno do mundo rural: Função principal: a produção de alimentos; Atividade econômica dominante: a agricultura; Grupo social de referência: a família camponesa, com modos de vida, valores e comportamentos próprios e Tipo de paisagem que reflete a conquista de equilíbrios entre as características naturais e o tipo de atividades desenvolvidas. Quando se faz esta diferenciação entre campo e cidade “perde-se de vista a interdependência, as relações sempre existentes entre as duas dimensões, conceituadas, sobretudo, por oposição” (SIQUEIRA & OSÓRIO, 1999, p. 74).

2. Urbanização do campo:

É uma visão que traz a idéia de que o rural acabou, pois se acredita que houve a urbanização total da sociedade brasileira, que agora passou a ser uma sociedade urbano-industrial. A industrialização e a urbanização comprometeram os espaços rurais, há uma tendência à homogeneização de todos os espaços, sejam eles rurais ou urbanos. Nesse sentido, caberia entender o rural e o urbano como um contínuo (GRAZIANO DA SILVA, 1997). Entretanto, “a ideia de contínuo não deve ser comprada sem reflexão, pois em vários locais, especialmente nos países em desenvolvimento e nos países “atrasados”, a industrialização da agricultura e outras mudanças que levam à formulação da continuidade entre o rural e urbano ainda não se constituíram” (SIQUEIRA & OSÓRIO, 1999, p. 75).

3. Diferentes ruralidades:

Entende-se que há particularidades do espaço e das sociedades rurais, que podem ser constatadas por meio das atividades econômicas, das formas de ocupação do espaço, da paisagem, dos sujeitos das relações de trabalho e das representações sociais, ou seja, novas ruralidades passam a integrar o meio rural. O espaço rural e o espaço urbano possuem características diferentes, há, dessa forma, a heterogeneização e não a homogeneização do espaço.

Diante das três teses e, pensando a partir do espaço rural brasileiro, acredita-se que a homogeneização é impossível, pois o espaço rural tem suas feições diferentes, a homogeneização do social pode ter ocorrido, mas o espaço urbano e o espaço rural possuem suas particularidades, ou seja, os espaços são heterogêneos e dependentes entre si. A dicotomia rural-urbana se torna um equívoco, na medida em que existem muitas regiões metropolitanas com atividades rurais. Dessa forma, pensar em diferentes ruralidades para o espaço rural brasileiro seria mais adequado, uma vez que se conhece os diferentes espaços rurais das cinco regiões brasileiras e suas particularidades.

O ESPAÇO RURAL BRASILEIRO E O CONJUNTO DE MUDANÇAS

O espaço rural brasileiro foi constituído diferentemente da história européia e norte-americana. No Brasil, o rural está vinculado à grande agricultura de origem colonial, ao mercado externo e à possibilidade de dispersão da população pelo vasto território brasileiro, dessa forma, tem-se a formação de diferentes espaços no meio rural,

No Brasil, o meio rural foi, historicamente, percebido como sendo constituído por “espaços diferenciados”, que correspondem a formas sociais distintas: as grandes propriedades rurais – fazendas e engenhos – e os pequenos agrupamentos – povoados, bairros rurais, colônias, etc. (WANDERLEY, 2004, p. 84).

Atualmente, a realidade do espaço rural brasileiro continua como sempre foi, com uma estrutura fundiária altamente concentrada pelos grandes latifundiários, na qual muitos têm pouco e poucos têm muito. Além disso, Wanderley revela uma dupla face do rural:

Por um lado, um meio rural fragilizado pelo isolamento, pela precariedade com que tem acesso aos bens e serviços oferecidos pela sociedade e pelos efeitos desagregadores do êxodo rural; por outro lado – e apesar da primeira

face – um meio rural povoado, cujos habitantes são portadores de uma cultura, que dinamiza as relações sociais locais, e de uma grande capacidade de resistência aos efeitos desagregadores aos quais estão constantemente confrontados. (WANDERLEY, 2004, p. 90).

E, esta face de resistência aos efeitos desagregadores aos quais os habitantes do meio rural estão confrontados pode ser observada na Região do Pontal do Paranapanema, situada no Sudoeste do Estado de São Paulo, principalmente nos assentamentos rurais, que estão se confrontando direta e indiretamente, com o grande capital, na medida em que estão sendo absorvidos pelas usinas de açúcar e álcool e não conseguem dinamizar suas culturas e se inserir no mercado.

Mesmo assim, diante dessa situação enfrentada pelos assentados, pode-se observar o grande esforço que se tem feito para que estes possam, de fato, não render ao capital e adquirir condições dignas de vida e de trabalho.

O espaço rural tem passado por mudanças com significativo impacto sobre suas funções e conteúdo social, a partir do momento em que este espaço não é mais visto somente através de uma perspectiva econômica e setorial. Tais mudanças começaram a ser discutidas após as transformações introduzidas pela Revolução Agrícola, que impôs um novo padrão de produção para a agricultura entre as décadas de 60 e 70, conhecido como a Revolução Verde.

Este modelo de desenvolvimento foi norteado por uma racionalidade técnico-econômica, sendo que os processos de urbanização, industrialização e modernização da agricultura foram concebidos como hegemônicos. Porém, ao privilegiar o crescimento econômico, este modelo foi responsável pela degradação ambiental, superprodução agrícola, crescimento desigual da riqueza gerada pelo avanço tecnológico entre os agricultores e entre regiões, mudanças no trabalho da família, pelo êxodo rural, e conseqüente inchaço dos centros urbanos e pela marginalização sócio-econômica de uma grande parcela da população mundial. (MULLER, 2007).

Quando este padrão de desenvolvimento agroindustrial foi visto como algo prejudicial, gerando conseqüências negativas tanto pela inserção pesada da mecanização no campo quanto da monocultura, afetando o meio ambiente, ocasionando aumento dos problemas sociais decorrente da elevada concentração fundiária e predomínio da agroindústria, ocorreram severas críticas, ao ponto de tal modelo ter sido questionado.

A NOÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: DA TEORIA EFICIENTE À PRÁTICA AUSENTE

Com o agravamento dos problemas descritos acima, emerge a noção de sustentabilidade. Este tema tornou-se, segundo Maia (2007), política pública permanente e determinante das estratégias de desenvolvimento de praticamente todos os países. Além desses problemas, a modernização da agricultura ocorreu de forma seletiva, ou seja, o novo pacote tecnológico acentuou a concentração da propriedade e a desigualdade no meio rural.

Os debates e discussões foram feitos através de reuniões internacionais promovidas pela Organização das Nações Unidas – ONU, a fim de encontrar um novo modelo de desenvolvimento e sociedade para solucionar a crise socioambiental.

O evento que marcou a emergência da idéia de desenvolvimento sustentável e que se inseriu no contexto internacional foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972.

A contribuição desse evento foi o Relatório Brundtland, sendo utilizado como um importante instrumento nas discussões posteriores sobre a sustentabilidade. Na conclusão do documento estava a preocupação em torno da pobreza e das desigualdades mundiais, afirmando que a modernização agrícola pode ser potencializadora dessas desigualdades.

Em muitos países em desenvolvimento, por exemplo, a introdução da agricultura comercial em grande escala pode gerar receita com rapidez, mas também pode desalojar muitos pequenos agricultores e tornar mais injusta a distribuição de renda. Em longo prazo pode não ser uma estratégia viável, pois empobrece muita gente e aumenta a pressão sobre a base de recursos naturais mediante a supercomercialização da agricultura e a marginalização

dos agricultores de subsistência. **Dar preferência ao cultivo em pequenas propriedades pode proporcionar resultados mais lentos no princípio, mas no longo prazo pode ser mais viável** (grifo nosso) (CMMAD, 1988, p. 56).

Observa-se que a defesa das pequenas propriedades é bastante clara, mas não é o que vemos atualmente nas políticas públicas do Brasil. O que se tem é um grande incentivo à agricultura comercial de grande escala, ficando os produtores familiares esquecidos diante desses documentos.

Em 1992, na cidade do Rio de Janeiro, aconteceu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que serviu como base para o mais importante compromisso assumido pelas Nações, a Agenda 21, que,

[...] é o documento mais importante, entre vários outros, e ofereceu a base para vários tipos de ação em busca de sustentabilidade. Junto com o Relatório Brundtland, construiu o pensamento mainstream do desenvolvimento sustentável. (MAIA, 2007, p. 4).

A principal diferença entre a Agenda 21 e o Relatório Brundtland está na idéia de preservação ambiental como sinônimo de intocabilidade dos recursos naturais. Na Agenda 21 a noção de sustentabilidade é vista sobre várias dimensões, como social, econômica, ecológica, territorial, cultural, dentre outras. O ponto fundamental é uma melhor utilização dos recursos naturais e a conseqüente gestão mais eficiente que possibilitaria a sustentabilidade econômica, “onde a medida da eficiência econômica seria o equilíbrio macrossocial, e não mais a lucratividade empresarial” (MAIA, 2007, p. 4). Inclui-se também, a necessidade de equilíbrio no desenvolvimento intersetorial.

No caso do meio rural, nota-se que, de modo geral, não existe utilização adequada dos recursos naturais e não há o equilíbrio no desenvolvimento intersetorial. Isto é observado, quando se compara as agroindústrias, com fortes subsídios, em relação à agricultura de base familiar.

No capítulo 14 da Agenda 21 é apresentada a agricultura familiar, onde defende a promoção de formas sustentáveis de produção agrícola. Entretanto, isso só se realizará com a participação e organização das populações rurais e da cooperação entre governos e setores privados (CNUMAD, 1995, p. 175).

Neste documento, percebe-se que houve um grande avanço diante do conceito de desenvolvimento, que antes era visto apenas como crescimento econômico, mas que agora entende como importante a qualidade de vida e uso racional dos recursos naturais. Além disso, coloca a importância das diversas funções e papéis desempenhados pela agricultura na sociedade.

Contudo, apesar dos esforços em se pensar a melhor forma de um modelo de desenvolvimento, equilibrando qualidade de vida e uso racional dos recursos naturais, observa-se que a teoria está bem distante da prática, seus princípios e objetivos continuam somente nos documentos. Isto ocorre, pois pensar na idéia de desenvolvimento consiste em opções de modelos que geram conflitualidades entre diversos setores da sociedade e, possivelmente este modelo de desenvolvimento ainda continua na teoria, pois para que este modelo se torne realidade, é preciso mudanças severas na sociedade, o que não agrada todas as pessoas, principalmente aqueles que detêm o poder.

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL: DIFERENTES PARADIGMAS

Para iniciar o debate sobre o Desenvolvimento Territorial Rural deve-se expor que essa idéia consiste em opções de modelos que geram conflitualidades entre diversos setores da sociedade, entretanto, o conflito não pode ser visto como um obstáculo ao desenvolvimento, ele é promotor de outro desenvolvimento contrário ao que predomina.

De acordo com Fernandes (2008), esses embates estão diretamente associados aos diferentes paradigmas que envolvem a questão agrária: o paradigma da questão agrária (PQA) e o paradigma do capitalismo agrário (PCA). Esses paradigmas possuem intencionalidades distintas, construídas através da história, e métodos diferentes que irão criar diversas visões e teorias a respeito da questão agrária. De forma sucinta, para o PQA o problema está na estrutura e somente poderá ser superado com a destruição do sistema capitalista. Para o PCA

este é um problema conjuntural, ou seja, o problema está no sujeito, que não consegue promover a reprodução do capital.

Segundo Montenegro Gómez (2006), nos primeiros anos do século XXI começa no Brasil um novo enfoque de políticas públicas de desenvolvimento rural: o desenvolvimento territorial rural. Na realidade, se trata de uma continuidade das políticas de desenvolvimento rural criadas em meados da década de 1990, visando a integração no mercado de pequenos proprietários e sem-terra.

Busca-se incorporar às novas políticas de desenvolvimento aquelas especificidades que cada território apresenta, suas potencialidades e carências específicas e suas relações peculiares. Com isso, o desenvolvimento rural se reestrutura e se revitaliza, na tentativa de superar os entraves criados pelas políticas de tipo setorial (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 59).

Nota-se que o desenvolvimento territorial rural concede ao espaço rural o papel articulador e aglutinador, tanto dentro como fora do território. “Essa seria uma das marcas do enfoque territorial, a preocupação com as possibilidades de desenvolvimento endógeno, legado do desenvolvimento local, porém, sempre o pensando articulado com atores e instituições que atuam em outras escalas” (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 371).

Pode-se afirmar que a temática do desenvolvimento territorial rural no Brasil é recente e, na maioria dos casos, devido aos agentes sociais envolvidos, busca-se uniformizar a conceituação para deixar de lado as situações controversas e, de certo modo, torna-se uma política para despolitizar ou, como uma forma de controle social,

[...] O ingente saber produzido para legitimar o desenvolvimento, a forma reificada com a qual incorpora a participação ou a constatação de sua ineficiência geral, afiança nosso posicionamento teórico de entender que o desenvolvimento, contraproducente como instrumento de melhora geral da qualidade de vida, socialmente imposto mediante subterfúgios que o fazem desejável e culturalmente naturalizado, se justifica essencialmente como modo de manter certa ordem social, ou seja, como estratégia de controle social (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 36)

Devido a esse pensamento de “manter a ordem social”, temos ações advindas do pensamento neoliberal que tem invadido muitos espaços e organizações populares, principalmente por meio de organizações não governamentais (FERNANDES 2008). O que se busca é difundir a idéia de que o desenvolvimento corre em uma única mão e se encontra inserido na lógica capitalista. De fato, padronizar as questões sociais dentro de um prisma que favorece a ação de controle pelo capital internacional é o que tem buscado as propostas de desenvolvimento territorial feita por instituições como o IICA (Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura), IIRSA (Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana) e a FIDAMERICA (Organização Não Governamental).

O que poderíamos entender por desenvolvimento territorial? Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no trecho exposto por Fernandes temos que:

O enfoque territorial é uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção, e tem na equidade, no respeito à diversidade, na solidariedade, na justiça social, no sentimento de pertencimento cultural e na inclusão social, metas fundamentais a serem atingidas e conquistadas. (FERNANDES, 2008, p.43)

Essa visão, dentro da abordagem exposta, denota àquela que não leva em conta as conflitualidades e, de modo geral, enxerga a integração das comunidades no mercado de acumulação capitalista. Como podemos ver no trecho abaixo, há também, como exemplo, uma definição mais direta sobre desenvolvimento territorial rural relatada pelo Centro Latino-Americano para o Desenvolvimento Rural:

Definimos Desenvolvimento Territorial Rural como um processo de transformação produtiva em um espaço rural determinado, cujo fim é reduzir a pobreza rural. A transformação produtiva tem o propósito de articular competitiva e sustentavelmente a economia do território a mercados dinâmicos. O desenvolvimento institucional tem os propósitos de estimular e facilitar a interação e a conciliação entre os atores locais entre si e entre eles e os agentes externos

relevantes e seus benefícios e de incrementar as oportunidades para que a população pobre participe do processo e de seus benefícios. (SCHEJTMAN & BERDEGUÉ, 2003, p.32-3 *apud* FERNANDES, 2008).

O que fica claro é que essa posição sobre o desenvolvimento está pautada no paradigma do capitalismo agrário. Essa visão corre na direção oposta do que pensamos enquanto válido para um modelo de sociedade, o que já é uma amostra de intencionalidade geradora de uma conflitualidade.

Seguindo essa exposição, abordaremos agora alguns aspectos do paradigma da questão agrária que nos norteia. Dentro deste, direcionando as análises para um projeto de desenvolvimento territorial rural sustentável para os assentamentos rurais do pontal do Paranapanema – SP, abordaremos algumas diretrizes respaldadas pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

A grande diferença entre o paradigma da questão agrária para o paradigma do capitalismo agrário está na conflitualidade da leitura do desenvolvimento da agricultura como um movimento de destruição e recriação de relações sociais encarada pelo primeiro, enquanto o segundo parte da metamorfose do campesinato. Como um bom exemplo disso, temos o trecho de FERNANDES (2008) que nos indica que para o paradigma da questão agrária:

Considerando as diversidades em suas vertentes e vieses, o espaço de análise não se limita à lógica do capital, de modo que a perspectiva de enfrentamento no capitalismo torna-se uma condição possível. Daí a ocupação de terras ser uma das formas de luta mais presentes nos movimentos camponeses. (FERNANDES, 2008, p.24).

Como nos explicita o mesmo autor, a economia política deste paradigma contempla a integração ao mercado simultaneamente ao uso dessa condição para promover a luta pela terra e pela reforma agrária.

Assim, iremos expor como exemplo algumas razões econômicas e sociais para o desenvolvimento territorial, numa perspectiva da questão agrária, que servem de ideário num modelo de pensamento propositivo em que estamos buscando. Desse modo, falando em razões econômicas, deve-se pensar em aumentar o capital constante e aumentar a produtividade do trabalho. Racionalizar a produção de acordo com os recursos naturais e conseguir melhores preços para os produtos.

No âmbito social, deve-se pensar em urbanizar as moradias, criar infra-estrutura básica, trabalhar a educação, estruturar os transportes, melhorar a saúde e garantir igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Desse modo, o modelo de desenvolvimento pautado nas questões agrárias e com a unidade familiar, dentro de uma perspectiva da conflitualidade, pode se desenvolver e por em prática projetos de desenvolvimento territorial rural sustentável que ainda estão em falta por parte dos movimentos sociais camponeses.

Nesse viés do pensamento em relação ao desenvolvimento, existe o debate dos projetos de desenvolvimento territorial rural para a Região do Pontal do Paranapanema, região que se localiza no Sudoeste do Estado de São Paulo, com alto número de assentamentos rurais implantados. Contudo, ao mesmo tempo em que se busca o desenvolvimento para as famílias assentadas, estas estão sob pressões constantes por parte das usinas de açúcar e álcool que se instalaram na região a fim de realizarem parcerias para o plantio da cana-de-açúcar em seus lotes.

Em relação às políticas de desenvolvimento rural territorial na Região do Pontal do Paranapanema, Montenegro Gómez (2006) apresentou em seu trabalho alguns pontos críticos encontrados no Pontal do Paranapanema: a falta de comunicação e de uma visão de longo prazo e territorialmente ampla entre as instituições públicas (o município, o Estado e a Federação) “que se dedicam ao mesmo assunto, no mesmo território, mas representam o município, o Estado ou a Federação, não têm uma comunicação fluida entre elas e, na maior parte das vezes, ocupam-se dos assuntos com um horizonte temporal limitado e uma abrangência territorial que não vai além da sua circunscrição administrativa” (Montenegro Gómez, 2006, p. 384); “a falta de comunicação e menos de articulação entre órgãos que atuam no mesmo segmento, a assistência aos produtores rurais, como o INCRA (vinculado ao âmbito federal), a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) (vinculado ao âmbito

estadual) e as Casas da Agricultura (vinculadas ao âmbito municipal)” (Montenegro Gómez, 2006, p. 384.).

Esses apontamentos de Montenegro Gómez podem explicar a opção, feita por diversos assentados, em aceitar a proposta de arrendar parte de seus lotes para o plantio da cana-de-açúcar, pois se fossem esperar a efetivação das políticas públicas de desenvolvimento territorial rural, talvez estivessem até hoje na espera, por isso, decidiram arriscar e tentar uma solução mais rápida. Este mesmo autor ainda concluiu

[...] pudemos perceber que a lentidão, a ineficácia e a falta de recursos têm uma grande capacidade para manter amarrados aqueles grupos sociais mais reivindicativos ou numa situação extrema, próxima de uma explosão de descontentamento (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 407).

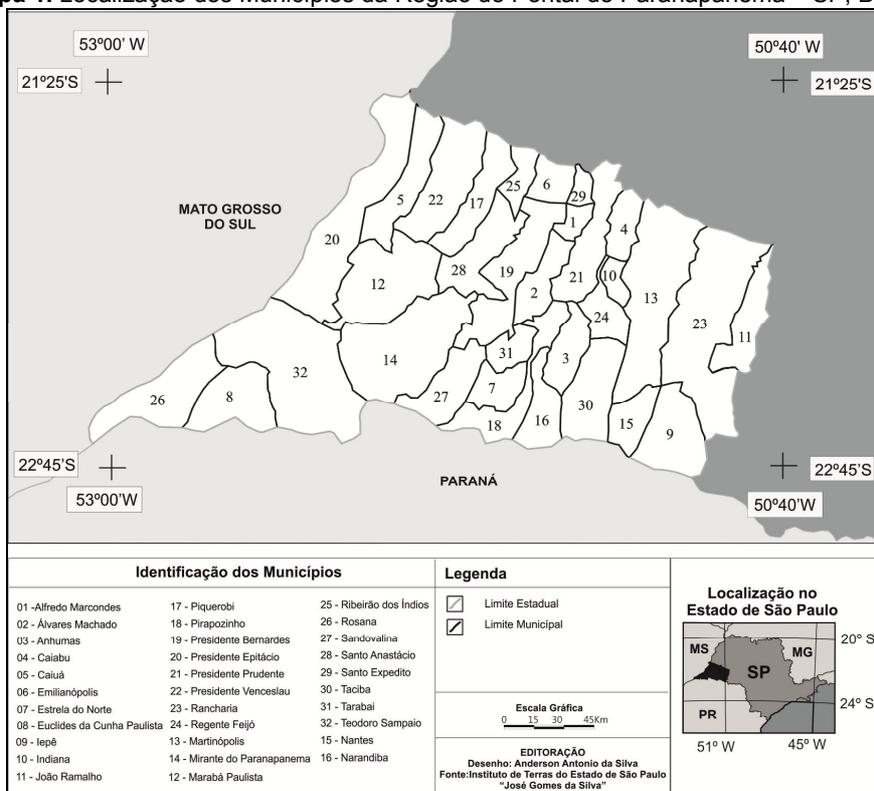
Em trabalhos de campo realizados por Massaretto (2010), ficou evidente a ocorrência da “explosão de descontentamento” por parte dos assentados, que, sem agüentar a espera de melhores condições de vida, optaram em plantar a cana-de-açúcar, porém não tiveram o êxito esperado, gerando mais um descontentamento.

A seguir, apresentaremos esse fato das parcerias para o plantio da cana que ocorreu nos assentamentos da Região do Pontal do Paranapanema.

A REALIDADE DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO PONTAL DO PARANAPANEMA

O histórico agrícola da Região do Pontal do Paranapanema², (Mapa 1), no Oeste do Estado de São Paulo, foi marcado por intensas mobilizações destinadas à implantação de ciclos produtivos (LEITE, 1998). Entretanto, as ações ocorreram sem os devidos cuidados conservacionistas, o que resultou na substituição da cobertura vegetal da Mata Atlântica e do Cerrado e no aumento das perdas por erosão (NUNES et al, 2006). Atualmente, os solos desta região são extremamente arenosos, ácidos e de baixa fertilidade.

Mapa 1. Localização dos Municípios da Região do Pontal do Paranapanema – SP, Brasil.



Fonte: RIST – Relatório de Impactos Socioterritoriais, 2006

² Neste trabalho, dentre as diversas classificações das denominações de Pontal, adotamos a definição da UNIPONTAL – Associação dos Municípios do Pontal do Paranapanema, uma das classificações mais amplas, que abrange trinta e dois municípios.

Apesar dessas conseqüências negativas causadas nos solos, na década de 80 começou a ocorrer um processo de ocupação de terras devolutas por parte de determinados movimentos sociais que lutavam pela melhor distribuição de terras na região do Pontal do Paranapanema. Como resultado, os Governos Estadual (Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP) e Federal (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA), implantaram uma série de processos de desapropriação de terras formando assentamentos rurais com os respectivos lotes para os assentados. Além disso, nos últimos anos tem aumentado significativamente o cultivo da monocultura da cana-de-açúcar, aumento esse relacionado com instalação de usinas de açúcar e álcool na região.

A instalação das usinas de açúcar e álcool, associado ao histórico de políticas públicas, por parte das esferas estaduais e federais, no qual pouco tem contribuído ao desenvolvimento social e ambiental dos assentamentos rurais, gerando baixos investimentos em infra-estrutura básica e assistência técnica adequada à realidade ambiental das áreas, tem levado os assentados rurais a arrendarem suas terras para os usineiros, com conivência do ITESP, através das “parcerias”, a fim de obterem maior renda.

Percebe-se que, em meio às dificuldades enfrentadas pelos assentados, o plantio da cana tornou-se uma alternativa financeira para melhorarem suas rendas e conseqüentemente as condições de vida. Assim, tem-se que,

A falta de uma política agrícola adequada e/ou de um projeto alternativo, que garanta a viabilização da produção e, conseqüentemente a permanência dos assentados na terra em condições dignas, os torna fragilizados e, portanto, vulneráveis às pressões e estratégias do capital, que atua com o aval do Estado (BARRETO; OLIVEIRA; THOMAZ JUNIOR, 2008, p. 8).

Em 1993 a Destilaria Alcídia, com localização no município de Teodoro Sampaio – SP apresentou uma proposta ao Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) para produzir cana-de-açúcar em lotes de assentamentos rurais da região do Pontal do Paranapanema. O projeto contemplaria o plantio de cana em lotes do Assentamento Água Sumida no município de Teodoro Sampaio. Dos 121 lotes deste assentamento 11 entraram na “parceria”.

Dois anos após o início do contrato a Destilaria Alcídia elaborou uma avaliação da “parceria”, onde dizia que os resultados obtidos estavam dentro do previsto no projeto elaborado em 1993. Contudo, a pedido do Departamento de Assentamento Fundiário, do ITESP, em 1995 foi solicitado solicitou ao Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista – UNESP – de Presidente Prudente, um parecer “sobre a viabilidade da introdução da cana de açúcar nos assentamentos, tendo como base o projeto piloto, envolvendo a Destilaria Alcídia e o assentamento Água Sumida”. Um grupo de geógrafos realizou pesquisa de campo junto aos assentados e a empresa para elaborar o parecer técnico-científico. No parecer relataram a contradição representada pelo cultivo da cana-de-açúcar em assentamentos rurais. Após o parecer, não foram mais firmados nenhum contrato entre a destilaria e os assentados.

Apesar do parecer contra as parcerias, a Destilaria Alcídia voltou a firmá-los no ano de 2002, ano em que o ITESP – lançou em 24 de outubro, a Portaria nº. 075, que permitia a locação de serviços dos assentados às agroindústrias. Em julho de 2004, o ITESP fez uma revisão nas medidas antes estabelecidas pela Portaria nº. 075/2002 e relançou na portaria nº. 077 as revisões. Nesta Portaria, é interessante observar que o ITESP considera, dentre várias questões,

[...] necessidade de estabelecer a forma de exploração dos lotes agrícolas dos Projetos de Assentamento, com culturas destinadas à venda para agroindústrias, de modo a evitar a monocultura (grifo nosso) e seus efeitos perniciosos ao meio ambiente e à economia (Portaria ITESP nº 077, 2004).

Porém, em estudos de Silva, Fernandes & Valenciano (2006) foi constatado que os lotes dos assentamentos que produzem cana para a destilaria são os que menos diversificam sua produção. Neste ponto, observa-se uma contradição, pois o projeto que se espera dos assentamentos rurais é de diversificação da produção agropecuária de modo a garantir a segurança alimentar das famílias assentadas e, o avanço da cana-de-açúcar para dentro dos assentamentos, rompe com esta proposta.

Outra consideração do Instituto através da Portaria 077/2004 é,

[...] convergência de interesses dos diversos segmentos na formação de parcerias negociais, visando a alocar recursos e dinamizar o processo de capitalização das famílias beneficiárias dos Projetos de Assentamento Estaduais, objetivando sua autonomia, sustentabilidade, maior participação na economia dos municípios e suprimento de matéria-prima para as agroindústrias, além de fomento à organização dos trabalhadores rurais assentados em cooperativas e à implantação de unidades artesanais para o processamento dos produtos agrícolas (Portaria ITESP nº 077, 2004).

Esta consideração é mais uma contradição quando se observa o que acontece na realidade, pois as famílias acabam ficando dependentes das usinas e perdendo sua autonomia.

De maneira geral, em trabalho realizado por Massaretto (2010) sobre os impactos do plantio da cana-de-açúcar nos assentamentos, conclui-se que a cana-de-açúcar, enquanto espécie vegetal, não causou danos expressivos nos componentes ambientais, conforme os parâmetros utilizados e demonstrados nos resultados das análises químicas e físicas, contudo, a parceria entre usina e assentados foi prejudicial nos aspectos sociais e econômicos para os assentados, pois a maioria dos assentados não conseguiu melhorar a renda, ao contrário, muitas famílias estão endividadas e não sabem mais o que fazer para solucionar os problemas gerados pelas parcerias. Estes resultados comprovam que a realização de parcerias com empresas e/ou agroindústrias, ou seja, com o capital, faz com que o assentado perca sua autonomia sobre o processo produtivo, a qual permite o controle dos resultados, característica fundamental da vida dos camponeses e não chegam a nenhum desenvolvimento territorial rural, muito menos sustentável.

Entende-se que o principal objetivo do campesinato é a luta pelo acesso à terra e a luta contra o capital. Lutar contra o capital é extremamente difícil, isto pode ser observado através dos assentados que realizaram as parcerias. Entretanto, é necessário encontrar formas de combate em relação ao capital, podendo, por exemplo, se utilizar de mecanismos do próprio capitalismo como administração apurada, logística e organização, mas sem se tornar um capitalista. Esses fatores mencionados são componentes de larga escala na atual configuração do capital e devem ser apropriados por parte do campesinato para a condução de suas atividades em relação a disputa com o sistema capitalista. Com isso, produzir e disponibilizar para o mercado suas mercadorias fundamentadas num modo de produção que não seja pautado na retirada da mais valia e renda da terra, mas que possua eficiência na perspectiva da produção e comercialização.

Visto que os assentados buscaram as parcerias a fim de melhorarem renda e qualidade de vida, mas que foi totalmente prejudicial busca-se uma alternativa para que eles possam se desenvolver, porém, sem o arrendamento de seus lotes. Propõe-se, desta forma, a agroecologia como alternativa de desenvolvimento aos assentados.

AGROECOLOGIA: ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL AOS ASSENTAMENTOS RURAIS

A Agroecologia surge como uma crítica ao modelo industrial, às características da Revolução Verde, no sentido de busca de alternativa para se caminhar à agricultura sustentável. Como já apontamos no decorrer deste trabalho, a Revolução Verde trouxe uma ideia de que ela seria a solução dos problemas da fome no mundo, porém, isso não se efetivou. Apesar de a Revolução Verde ter melhorado a produção de certos cultivos, acentuaram-se os problemas ambientais como a perda da biodiversidade, o rompimento para com o conhecimento tradicional, fortaleceu ainda mais os grandes produtores e aumentou a pobreza entre os pequenos produtores (ALTIERI, 2010).

Diante desses fatos é que se começa a pensar nas práticas agroecológicas. De acordo com Altieri,

A agroecologia geralmente incorpora idéias mais ambientais e de sentimento social acerca da agricultura, focando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção (ALTIERI, 1989, p. 28).

Nesse sentido, a agroecologia é pautada em diversas dimensões: social, econômica e ambiental de forma integradora. Acredita-se que as propostas agroecológicas, diferente daquela sustentabilidade pensada nos moldes da agricultura produtivista, pode ser a alternativa

que leve ao desenvolvimento rural sustentável, pois ela é criada justamente contra o modelo de desenvolvimento agroindustrial atual e, por isso, vai totalmente contra à lógica capitalista.

As iniciativas agroecológicas são alimentadas por sistemas de conhecimento indígenas, feitos por milhares de agricultores e estão comprovando que esta prática melhora a segurança alimentar preservando os recursos naturais (conservação do solo e da água), a biodiversidade e, principalmente, mantendo centenas de trabalhadores rurais de várias regiões. De acordo com Altieri,

A ciência da agroecologia, a qual se define como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis, proporciona um marco para valorizar a complexidade dos agroecossistemas. Este método baseia-se em melhorar a qualidade do solo para produzir plantas fortes e saudáveis, debilitando ao mesmo tempo as pragas (plantas invasoras, insetos, doenças e nematóides) (ALTIERI, 2010, p. 23).

Outra característica importante da agroecologia é trabalhar segundo as características endógenas dos produtores, ou seja, adequar um modelo de produção de acordo com a realidade, por exemplo, nas questões referentes à mecanização. A introdução de tecnologias é essencial para auxiliar os agricultores, porém deve ser associada à realidade local. Não adianta utilizar um grande trator, por exemplo, em propriedade e produção pequena, pois não estará de acordo com a realidade. Nesse sentido, a tecnologia social tem como objetivo auxiliar os produtores, mas adaptando à realidade. É importante destacar que a tecnologia feita nessas condições não significa que é rudimentar ou atrasada, mas sim feita nos moldes da sustentabilidade.

Visto essas principais características, podemos pensar nessa prática como uma alternativa de renda aos assentados, pois a agroecologia respeita os limites e condições dos agricultores de base familiar, o que é essencialmente o modo de produção dos assentados, além disso, trabalha com o tripé: econômico, social e ambiental, extremamente importante para o desenvolvimento dessas famílias.

Apontamos a alternativa da agroecológica para os assentamentos rurais por alguns motivos essenciais que relacionam os assentados, que constituem a agricultura camponesa e as práticas da agroecologia. Num primeiro momento pensamos na importância do camponês:

O camponês é compreendido por sua base familiar. Pelo trabalho da família na sua própria terra ou na terra alheia, por meio do trabalho associativo, na organização cooperativa, no mutirão, no trabalho coletivo, comunitário ou individual. A base familiar é uma das principais referências para delimitar o conceito de campesinato. Em toda sua existência essa base foi mantida e é característica fundamental para compreendê-la (FERNANDES, SILVA e GIRARDI, 2004, p.10).

Essas características do camponês, associadas ao fato de que a agricultura camponesa é extremamente importante na produção de alimentos no Brasil (FERNANDES, 2009) estão no sentido convergente das ideias agroecológicas na questão da segurança alimentar.

Outro ponto importante é o fato de que as pequenas propriedades agrícolas são mais produtivas e conservam mais recursos naturais, ou seja, sendo os lotes dos assentamentos em torno de 14 hectares, se tornam pequenas propriedades e possuem mais facilidade e maior consciência para conservar os recursos. Segundo Altieri,

Ainda que a sabedoria convencional diga que as pequenas explorações agrícolas familiares são atrasadas e improdutivas, a investigação mostra que as pequenas explorações são bem mais produtivas que as grandes explorações agrícolas se considerada a produção total em vez da produção de uma só colheita (ALTIERI, 2010, p. 25).

E ainda,

A relação inversa entre tamanho da exploração agrícola e produção pode atribuir-se a que aos camponeses fazem um uso mais eficiente da terra, da água, da biodiversidade e de outros recursos agrícolas. Portanto, em termos de conversão de despesas em resultados, a sociedade estaria melhor com os pequenos agricultores [...](ALTIERI, 2010, p. 26).

E, último ponto é o fato de que a agricultura camponesa também possui uma facilidade de adaptação às variações climáticas, principalmente, pelo fato de realizarem a diversificação de culturas, o que impede conseqüências desastrosas em relação às mudanças climáticas, que podem afetar algumas culturas e outras podem suportar o peso do fracasso das outras.

Apesar de existir opiniões bastante contrárias sobre a produtividade da agricultura camponesa, principalmente, feitas por aqueles que defendem a agricultura agroindustrial, exportadora e produtivista, Altire apresenta uma evidência conclusiva:

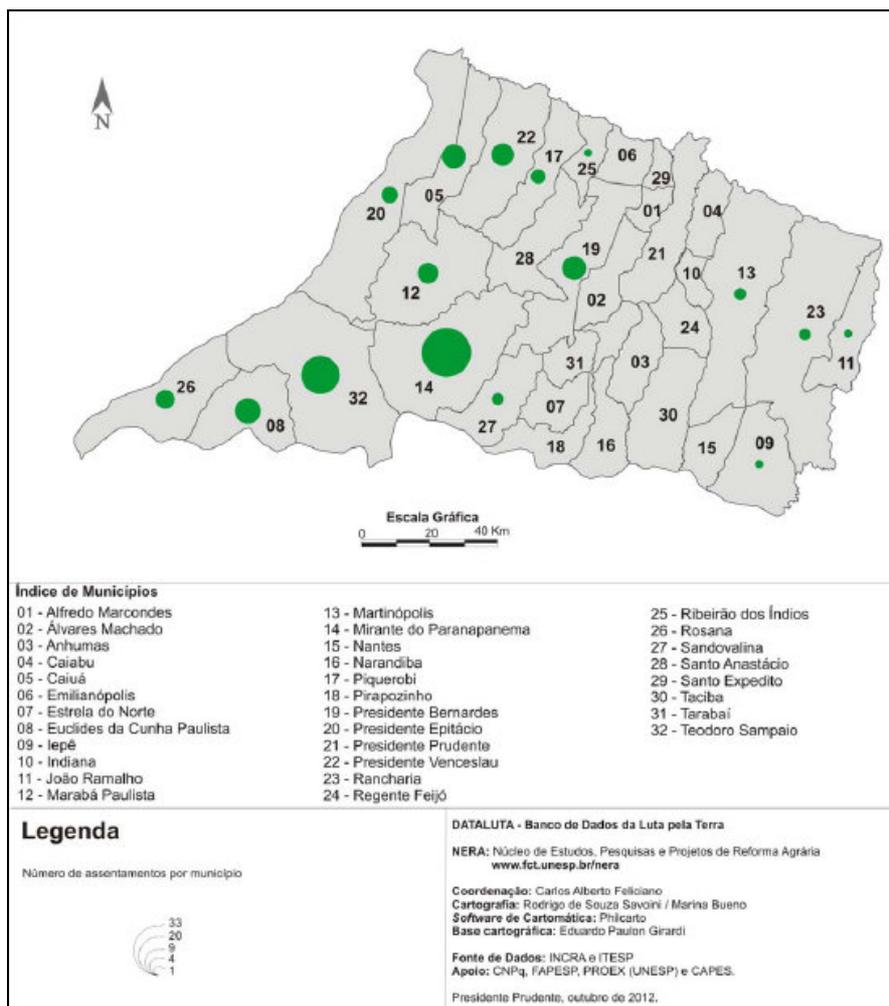
A evidência é conclusiva: os novos métodos agroecológicos e tecnologias encabeçadas por agricultores, ONGs e algumas organizações locais ao redor do mundo já estão contribuindo o suficiente para a segurança alimentar a nível local, regional e nacional. Em muitos países, diferentes métodos agroecológicos e participativos mostram resultados muito positivos, inclusive em condições ambientais adversas (ALTIERI, 2010, p. 26).

Nesse sentido, torna-se viável a prática da ciência agroecológica para os assentamentos rurais da Região do Pontal do Paranapanema.

PROPOSTAS PARA UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL AOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Os assentamentos no Pontal do Paranapanema estão distribuídos em dezesseis municípios (Mapa 2), somando 113 assentamentos rurais com 6.257 famílias, ou, população assentada estimada em 31.285.

Mapa 2. Localização dos Municípios da Região do Pontal do Paranapanema com Assentamentos Rurais.



Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2012. Relatório Pontal do Paranapanema 2011. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_pontal_2011.pdf. Acesso em 07/03/2013

No quadro abaixo, pode ser observada as características dos municípios de Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio, que foram selecionados por concentrarem a maior parte dos assentamentos rurais da região, por isso, nosso trabalho será norteado a partir deles.

Quadro 1. Características da população e área dos municípios de Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio – SP.

MUNICÍPIOS	População 2010	Área Município (Km ²)	Nº Assentamentos	Pop. Assentada*	População Assentada (%)	Área Assentamento (Km ²)	Área Assent. (%)
Mirante do Paranapanema	17.059	1.239,079	33	8.125	47,63	349,84	28,23
Teodoro Sampaio	21.386	1.555,994	21	4.325	20,22	226,81	14,57

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2012. Relatório Pontal do Paranapanema 2011. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_pontal_2011.pdf. Acesso em 07/03/2013

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2013. www.ibge.gov.br

*O número da população assentada foi calculado a partir do número de famílias, considerando cinco pessoas por família.

O município de Mirante do Paranapanema é bastante representativo, pois a área dos assentamentos representa 28,23% da área total do município e a população assentada representa 47,63% da população total, ou seja, quase metade da população do município reside nos assentamentos rurais. Já o município de Teodoro Sampaio possui 20,22% de sua população residente nos assentamentos rurais, sendo que a área dos 21 assentamentos representam 14,57% da área total do município.

Antes de apontarmos nossas propostas para o desenvolvimento rural sustentável aos assentamentos rurais, é importante destacarmos também a produção agrícola (lavouras: permanente e temporária) desses dois municípios, a fim de conhecermos sua dinâmica e quais são seus produtos. Os dados que serão apresentados foram coletados através do IBGE, para o período entre 2008 a 2011.

Em relação à lavoura permanente, o município de Mirante do Paranapanema é pouco expressivo neste tipo produção agrícola, tendo apenas dois produtos: café e urucum. No período analisado a área plantada do café aumentou 45 hectares e a quantidade produzida teve um aumento de 81 toneladas. Já a lavoura de urucum teve redução de 131 hectares de área plantada, o que acarretou na redução da quantidade produzida de 36 toneladas. Na lavoura temporária observamos maior quantidade de alterações na produção agrícola. Três cultivos que eram realizados em 2008 já não foram mais produzidos em 2011: algodão, amendoim, mamona, melancia e tomate. Dentre as produções que tiveram redução da área plantada estão: feijão e milho, com destaque para o primeiro, em que houve redução de 130 hectares. Já a cana-de-açúcar teve um aumento expressivo de área plantada e quantidade produzida, tendo um aumento de 6.295 hectares e 403.800 toneladas, respectivamente. Esse aumento está associado à expansão da cana para o Extremo Oeste do Estado de São Paulo, que mencionamos anteriormente. A mandioca também teve um aumento na área plantada, mas não tão significativo quanto à cana.

Em relação à lavoura permanente, no Município de Teodoro Sampaio, observamos que o município não teve muitas alterações na produção agrícola. O café e o coco-da-baía continuaram sendo os dois produtos produzidos, sem mudanças significativas, entretanto, apesar de ter sido plantada a mesma área houve redução da quantidade produzida do café em 30 toneladas. Destaca-se também a inserção do plantio do urucum no município no ano de 2011, com área plantada de 15 hectares. As alterações ocorridas na lavoura temporária são semelhantes com a de Mirante do Paranapanema. Houve redução da área plantada de várias lavouras, como: algodão, feijão, mandioca e soja, sendo que a lavoura de mamona não houve em 2011. Observa-se que, no caso da mandioca, a redução foi bastante acentuada, um caso curioso, já que muitas famílias sobrevivem com esse tipo de lavoura. O destaque em relação ao aumento de área plantada e de quantidade produzida, assim como no outro município, é a cana-de-açúcar, tendo um aumento de 6.554 hectares e 419.456 toneladas, respectivamente. O milho também teve aumento de área plantada e quantidade produzida.

Através dos dados, observa-se que a produção de cana-de-açúcar, soja e milho são as que mais se destacam: ocupam as maiores áreas plantadas e possuem as maiores quantidades produzidas. A grande produção de cana-de-açúcar está relacionada, principalmente às grandes

empresas de açúcar e álcool que se instalaram na Região do Pontal. Entretanto, esses produtos não são provenientes dos assentamentos, ao contrário, os assentados estão sendo absorvidos cada vez mais com o plantio da cana-de-açúcar e não estão conseguindo autonomia em suas produções.

Na produção agrícola dos assentamentos, segundo trabalho de campo realizado por Massaretto (2010), destacam-se as horticulturas, frutas, a mandioca, o café e o leite. Contudo, não existe uma proposta mais concreta para a comercialização desses produtos e, muitas vezes, esses produtos ficam dentro do assentamento para a própria subsistência.

Visto as características da agroecologia, apresentam-se algumas propostas de ações que podem ser feitas para dinamizar a produção e comercialização dos assentamentos rurais. Pautou-se na produção orgânica das culturas que mais se destacam no assentamento, com diversificação de culturas³, auxílio da tecnologia social e até mesmo no incentivo de atividades não-agrícolas dentro dos assentamentos, tentando fazer com que os assentados promovam a segurança alimentar.

- **Laticínio:**

Beneficiamento do Leite produzido nos assentamentos e comercialização deste como leite barriga mole e, posteriormente, com a infra-estrutura estabilizada, poderá ocorrer a expansão das atividades para a produção de iogurte, bebida láctea, creme e queijos.

- **Despolpadeira:**

Beneficiamento das frutas produzidas nos assentamentos e comercialização destas como polpas. Frutas Cultivadas: maracujá, acerola, manga, abacaxi e morango.

- **Café**

Armazenamento e beneficiamento dos grãos de café produzidos nos assentamentos e comercialização.

- **Mandioca**

Beneficiamento da mandioca produzida pelos assentados no intuito de comercializá-la como farinha. E, posteriormente, com a infra-estrutura estabilizada, poderá ocorrer a expansão das atividades para a feccularia.

- **Viveiro de mudas:**

Elaboração de um projeto de viveiro de mudas, incentivando cada vez mais os assentados a reflorestarem seus lotes e fortalecer, também, a comercialização das mudas para outros lugares, visando a conservação dos recursos naturais.

- **Turismo Rural:**

Com a revalorização do meio rural na atualidade, a proposta do turismo rural é no sentido de levar o conhecimento dos assentados para aqueles interessados em conhecer melhor as atividades que são realizadas no campo, do início da produção até o produto final. Esta proposta não precisa, necessariamente, ser aderida por todos os assentados, mas por aqueles que se interessar em mostrar sua produção e sua história de vida na perspectiva desta atividade econômica.

- **Cooperativas**

Pensou-se nessas propostas com o objetivo de serem executadas junto a uma cooperativa de assentados. Destacando que no município de Teodoro Sampaio já existe uma cooperativa, a COCAMP (Cooperativa de Comercialização e prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal), que está desarticulada, mas que pode se fortalecer com a construção de um projeto de desenvolvimento rural sustentável com as características

³ A diversificação de culturas é extremamente importante na medida em que o produtor não fica dependente de um único produto, pois se por qualquer motivo ocorra desvalorização do preço do produto, ou problemas com a safra devido a condições climáticas adversas, os agricultores podem contar com outros produtos para comercializar e não ter prejuízos maiores.

apresentadas neste trabalho. A associação em cooperativas pode ser positiva, pois pode se contratar pessoas especializadas nessa questão que auxiliem os agricultores, já que individualmente fica mais difícil, além disso, as cooperativas têm um papel importante junto às instituições financeiras para a obtenção do crédito rural.

CONCLUSÕES: POR ONDE COMEÇAR?

Tendo esses apontamentos, temos uma questão principal: por onde começar? Como fazer com que essas famílias tenham a agroecologia como sua prática de produção?

Concordamos com Altieri no sentido de que,

A realização do potencial e a difusão das inovações agroecológicas depende de vários fatores e grandes mudanças nas políticas agrárias, nas instituições e nos métodos de investigação e extensão. As estratégias agroecológicas propostas têm que apontar deliberadamente aos pobres, não somente para aumentar a produção e conservar os recursos naturais, mas também para gerar emprego e oferecer oportunidades de acesso aos mercados locais (ALTIERI, 2010, p. 29).

Essas mudanças nas políticas agrárias são fundamentais, principalmente, quando se trata de apoio técnico a esses pequenos produtores, no caso dos assentamentos rurais, na qual os solos são aqueles de pior qualidade, ou seja, extremamente arenosos, ácidos e de baixa fertilidade (BUENO, O. C. et al. 2007), torna-se inviável aos assentados que, sem conhecimento técnico, sem políticas públicas, acabam limitados a obter produção e produtividade em seus lotes e, por esses motivos, aceitam a realização das parcerias com usina de açúcar e álcool para tentar melhorar a renda das famílias. Entretanto, conforme já foi comprovado, estas parcerias foram prejudiciais nos aspectos sociais e econômicos, portanto, é preciso encontrar outras alternativas para que estas famílias alcancem o desenvolvimento rural sustentável. Por isso, é necessária tais mudanças.

O que se torna mais importante para colocar as idéias em prática é a participação dos movimentos sociais, já que a agroecologia é uma bandeira de luta criada pelos movimentos sociais, ou seja, não é uma proposta do capital ou da academia, como já afirmamos. De acordo com Altieri,

O desenvolvimento da agricultura sustentável requererá mudanças estruturais significativas, além de inovação tecnológica, redes e solidariedade de agricultor a agricultor. A mudança requerida não é possível sem movimentos sociais que criem vontade política entre os servidores públicos com poder de decisão, para desmontar e transformar as instituições e as regulações que atualmente freiam o desenvolvimento agrícola sustentável. É necessária uma transformação mais radical da agricultura. Uma transformação que esteja dirigida pela noção de que a mudança ecológica da agricultura não pode se promover sem mudanças comparáveis nas arenas sociais, políticas, culturais e econômicas que conformam e determinam a agricultura (ALTIERI, 2010, p. 29).

Olhando para o caso dos assentamentos rurais, muitos camponeses, ao adquirirem seus lotes acabam se desvinculando do movimento social, conforme pôde ser observado em conversais informais por nós, em trabalho de campo. Os assentados deixam de participar da luta NA terra e também deixam de atuar no fortalecimento de seus companheiros que ainda lutam PELA terra. Diante disso, é fundamental que os movimentos sociais se fortaleçam, unindo os “sem-terra” e os assentados.

Neste trabalho, apresentamos algumas propostas na tentativa de solucionar os problemas pelos quais vivem os assentamentos rurais ou, ao menos, minimizá-los. Tais propostas foram feitas a partir da realidade encontrada nos assentamentos. Entretanto, é importante saber, antes de qualquer coisa, o que as famílias dos agricultores assentados desejam produzir e comercializar, ou seja, a construção dessas propostas deve ser realizada, principalmente, pelos próprios camponeses. Nada deve ser imposto, como muitas instituições fazem.

Assim, todas as idéias devem ser apresentadas e discutidas em encontros com essas famílias, respeitando sempre a cultura de cada um, os potenciais endógenos e nunca tomar à frente das decisões, mas deixar que os assentados sejam os sujeitos de todo o processo. É necessário, no caso da produção de alimentos orgânicos, por exemplo, apresentar às famílias outros produtores

que já trabalham com a produção orgânica, para que possam compreender melhor que este modelo de produção é possível e pode ser a opção para fortalecerem na luta contra o capital.

Conclui-se o trabalho afirmando que o desenvolvimento rural sustentável para os assentados através de parcerias realizadas com o capital é extremamente inviável. Por isso, acredita-se que um projeto pautado na agroecologia é uma alternativa de desenvolvimento rural sustentável para os assentamentos rurais, além disso, não é uma idéia distante da realidade, muitos já estão trabalhando com práticas agroecológicas e sobrevivendo à pressão do capital.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: As bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro, 1989.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. In: Revista NERA – ANO 13, n.º. 16 – JANEIRO/JUNHO DE 2010. Disponível em: <<http://www.ft.unesp.br/nera>>. Acesso em 15/02/2013.

BARRETO, M. J; OLIVEIRA, A. M. S. de; THOMAZ JÚNIOR, A. **Dinâmica geográfica da expansão da agroindústria canavieira no Pontal do Paranapanema e os desdobramentos para o trabalho**: os casos da Usina Alvorada do Oeste e da Destilaria Decasa. In: VIII Jornada do Trabalho, 2007, Presidente Prudente. Anais da VII Jornada do Trabalho, 2007.

BUENO, O. C. et al. **Mapa de fertilidade dos solos de assentamentos rurais do Estado de São Paulo**: contribuição ao estudo de territórios. Botucatu: FEPAF: UNESP, 2007.

CMMAD. Comissão Mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1988.

CNUMAD. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e desenvolvimento. **Agenda 21**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1995.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. Relatório Pontal. Disponível em: <<http://www.ft.unesp.br/nera>>. Acesso em 07/03/2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Conflitualidade e desenvolvimento territorial **In: Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p. 173-224.

FERNANDES, B. M. Censo agropecuário de 2006: um marco da disputa territorial entre campesinato e agronegócio. **In: Boletim DATALUTA**. Presidente Prudente, 2009, n.22. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/nera>>. Acesso em 02 de outubro de 2010.

FERNANDES, B. M.; SILVA, A. A. da; GIRARDI, E. P. **Questões da Via Campesina**. In: VI Congresso Brasileiro de Geógrafos – Setenta anos da AGB: as transformações do espaço e a geografia do século XXI, 2004, Goiânia. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/nera>>. Acesso em 25/01/2013.

FERRÃO, João. Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. **In: EURE - Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales**, Setembro, vol.26, número 078, 2000. Pontífica Universidad Católica de Chile. Santiago, Chile.

GONÇALVES, E. C. **A disputa territorial entre movimentos camponeses e agronegócio sucroalcooleiro**: a “parceria” dos assentados com usinas de açúcar e álcool no Pontal do Paranapanema- SP. Inédito

GRAZILIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. In: Shiki, S.; Graziano da Silva, J. e Ortega, C. (orgs.) Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro. Uberlândia: Embrapa, UFU; Campinas: Unicamp.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 28/01/2013.

ITESP. Fundação Instituto de Terras e São Paulo “José Gomes da Silva”. **Portaria Itesp – 75, de 27-10-2002**. Plantio de Culturas.

ITESP. Fundação Instituto de Terras e São Paulo “José Gomes da Silva”. Portaria Itesp – 77, de 27/07/2004

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1998. p.202.

MAIA, C. M. **As dimensões da sustentabilidade e a multifuncionalidade da agricultura familiar**. In: Anais do 2º Seminário sobre Sustentabilidade, 2007, Curitiba - PR.

MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. Tese de Doutorado. Presidente Prudente, 2006.

MULLER, Joviana Maria. Multifuncionalidade da agricultura e a agricultura familiar: a reconstrução dos espaços rurais em perspectiva. In: **VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção, de 4 a 6 de setembro de 2007, Fortaleza – CE**.

NUNES, J.O.R.; PERUSI, M.C.; PETERLINI, G.H.C.; TIEZZI, R.O.; PISANI, R.J. e SANTANA, E.L. **Variações texturais dos Latossolos Vermelhos do Assentamento Rural Antônio Conselheiro-Mirante do Paranapanema/SP**. Geografia em Atos (UNESP), v. 1, p. 30-39, 2006.

SILVA, A. A.; FERNANDES, B. M.; VALENCIANO, R. C. **RIST – Relatório de Impactos Socioterritoriais. Desenvolvimento territorial e políticas públicas no Pontal do Paranapanema**. Presidente Prudente, 2006.

SIQUEIRA, Deis Elucy; OSORIO, Rafael. O conceito de rural. In: **VI Seminário Internacional - CLACSO, 1999, Recife**. América Latina iniciando el 2000: Relaciones Internacionales y Cultura, 1999.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Olhares sobre o “rural” brasileiro. In: **Raízes, vol. 23, N°s 01 02, jan.-dez., 2004**.